

FACES DO BRASIL: múltiplas dimensões de ruralidades

FACES OF BRAZIL: multiple dimensions of ruralities

Exzolvildres Queiroz Neto

Doutorando em Engenharia Agrícola: Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável – FEAGRI/UNICAMP. Bolsista do CNPq, eqngeo@gmail.com

Madeleine Piana

Professora Assistente – DED/UFLA, madeleine.piana@ufla.br

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

Professora Titular – FEAGRI/UNICAMP, sonia@feagri.unicamp.br

Resumo

No acontecer do século XX houve, no Brasil, um processo de desterritorialização com acentuada mobilidade espacial da sua população rural. A urbanização acelerada no decorrer, principalmente, dos anos de 1950 a 1980 estruturou, na sociedade brasileira, a dicotomia rural-urbana. Produziram-se complexos recortes territoriais em um caleidoscópio de uso e ocupação do solo rural e urbano. Arquetou-se um discurso sectarista, do espaço rural e suas ruralidades, a partir dos interesses do agronegócio industrial subestimando-se, por conseguinte, os cotidianos de um rural vívido em termos culturais, políticos, ambientais, sociais e econômicos da agricultura familiar. Nesta complexidade histórica e geográfica, do espaço rural brasileiro, produziram-se crônicas de representações sociais e de modos de vida. Contudo, o País manteve-se refém da dualidade atrasado e moderno que nublou, pela via economicista, o entendimento amplo da sua realidade do espaço rural. Configurou-se, assim, uma visão obtusa dos espaços rurais da agricultura familiar. Uma visão fragmentada a partir de um escopo desenvolvimentista autoritário, dos programas de investimentos econômicos setoriais e de políticas públicas descontextualizadas.

Palavras-chave: Dicotomia urbano-rural, Identidades sócio-espaciais, Territórios.

Abstract

Happen in the twentieth century was, in Brazil, a process of deterritorialization with marked spatial mobility of its rural population. Rapid urbanization in the course, especially the years from 1950 to 1980 structured in Brazilian society, the rural-urban

dichotomy. There have been complex territorial clippings, a hologram of use and land cover rural and urban. Engineered into a sectarian discourse, the countryside and its rural areas, based on the interests of agribusiness industry is underestimating therefore the daily life of a rural lively in cultural, environmental, social and economic aspects of family farming. In this complex history and geography, of rural Brazil, were produced chronic social representations of lifestyles from the dichotomy of modern and late. Accordingly, the country remained hostage to this duality that clouded, via economist, a broad understanding of their reality. A vision of rural blunt the family farm. A fragmented view of a Brazil too far from the coast, from an authoritarian developmental scope, investment and economic sector of public policy decontextualized.

Keywords: Urban-rural, Socio-spatial Identities, Territories

Introdução

Temos por intento, neste texto, dialogar sobre o espaço rural brasileiro demonstrando que, há uma miríade de possibilidades de análises ao confrontarmos os referenciais teóricos para o entendimento deste complexo recorte territorial.

Pretendemos, preliminarmente, analisar um personagem, e suas diversas representações, que encarna as distâncias dicotômicas e ideológicas do Brasil. O caipira a partir das lúcidas análises de Antônio Cândido que soube captar, com maestria, um modo de vida. Cotejando, também, duas linguagens complementares e ambíguas, na nossa perspectiva, a literatura de Monteiro Lobato e o seu Jeca Tatu e a cinematografia de Mazaropi mostrando uma transição de mundos. Desenvolveremos, concomitantemente, um breve comentário sobre o sertão de Guimarães Rosa que, todavia, desvelou um universo em transformação. Por suposto, são os autores, também, personagens da construção das múltiplas faces do Brasil.

Adiante discorreremos um diálogo, de conceitos teóricos acerca do espaço rural que se descortinam no Brasil a partir dos anos de 1990 com importantes reflexos na nos anos de 2000, e procuraremos demonstrar as nuances destas reflexões, as representações de mundo, a diversidade conceitual e a perspectiva econômica.

Há, sem embargo, uma metamorfose do espaço rural, uma dinâmica própria e perene dos modos de vida por um Brasil de “sertão em todo lugar”. Uma construção de

realidades complexas e compartilhadas. Uma realidade rural fluida de ações e reflexões ambíguas, como a própria história, seja esta pessoal ou coletiva.

Destarte, o espaço rural brasileiro é um todo em formação, e não um pano de fundo, uma construção que corteja com o tempo. Construções de múltiplos territórios rurais vividos, razões, conflitos, contradições, *práxis*, emoções, visões de mundo e ação-reflexão. Logo, o que se vislumbra das construções e representações de espaços rurais brasileiros é o que o horizonte é: tudo em tudo ao valermos da perspectiva de Guimarães Rosa.

Grandes questões veredas: o Caipira, o Jeca e o Brasil

Por caminhos, condutores ao interior do Brasil, calçados por registros de humanidades é que Antônio Cândido (1975) desnublou o mundo vívido do caipira e traduziu a ética e estética de um modo de vida, a sua história e as suas territorialidades. Por modos de vida há que se dimensionar as ações dos atores sociais sobre o ambiente, seus valores e atitudes. A territorialidade, nesse caso, é uma construção do espaço a partir do cotidiano, as “invenções” de lugares. Para tanto, o autor desenvolveu seu método para conhecer os meios de vida em um agrupamento caipira: quais são, como se obtêm, de que maneira se ligam à vida social, como refletiam as formas de organização e as de ajuste do meio em um bairro rural de parceiros de uma história. Combinam-se orientações do antropólogo e do sociólogo. Uma metodologia e escala de pesquisa, situando o grupo estudado, tanto na perspectiva histórica, quanto nos problemas que caracterizavam a vida rural de São Paulo no período de 1948 a 1954. Estava em curso a grande transformação, do espaço rural brasileiro com territorialidades em movimento, uma terra em trânsito no arcabouço de um “projeto nacional” voltado para um modelo urbano-industrial de desenvolvimento.

Em busca do velho e do novo espaço caipira o autor incidiu em estudos que o levaram a uma reconstituição, validada por documentos de viajantes do século XVIII e início do século XIX, de referências e indícios sobre a vida do homem da roça e longos

interrogatórios sobre o “tempo dos antigos”. O autor demonstra o seu interesse pelos “casos individuais, pelos detalhes significativos”.

Para Antônio Cândido (*op. cit.*), tornou-se fundamental esclarecer duas expressões: cultura (e sociedade) rústica; cultura (e sociedade) “caipira”. O termo rústico exprime um tipo social e cultural, indicando o que é, no Brasil, o universo das culturas, tradicionais do homem do campo, as que resultaram do ajustamento do colonizador português ao Novo Mundo, seja por transferência e modificação dos traços da cultura original seja em virtude do contacto com o aborígine. O termo caipira é utilizado com a vantagem de não ser ambíguo (exprimindo desde sempre um modo de ser, um tipo de vida, nunca um tipo racial). Quanto ao conceito de sociedade estas se caracterizam, antes de tudo, pela natureza das necessidades de seus grupos, e os recursos de que dispõem para satisfazê-las. Logo, o equilíbrio dinâmico se estabelece, em grande parte, pela correlação entre as necessidades e a sua satisfação.

Neste sentido, o tempo incorpora o espaço à história dos grupos e o espaço se incorpora à sociedade pelo trabalho e a técnica. Desta feita, o autor conclui que, enquanto houver humanidade a História da Natureza e a História Humana se condicionarão reciprocamente. Atinge-se, sem embargo, um equilíbrio dinâmico quando, na perspectiva do autor, há uma equação necessária entre o ajuste ao meio e a organização social. Assim, para cada cultura, em determinado momento, há certos mínimos abaixo dos quais não se pode falar em equilíbrio. Portanto, o meio se torna deste modo um projeto humano nos dois sentidos da palavra: projeção dos atores sociais com as suas necessidades e planejamento em função destas. Logo, pelos ajustamentos do grupo ao meio, com a fusão entre a herança portuguesa e a do indígena habitante da terra; é que se pode analisar este processo de elementos para a compreensão e definição da economia seminômade.

Quanto à absorção do caipira pelo processo de urbanização, Antônio Cândido (*op. cit.*) identifica as seguintes situações: 1) aceitação total, 2) rejeição total ou 3) aceitação parcial dos traços introduzidos pela nova situação – sendo a última hipótese mais comum e normal nos que permanecem no campo. Neste contexto, a transição para o universo urbano se faz pelo abandono das práticas tradicionais, concomitantemente, com a falta de renda para a aquisição dos bens disponíveis na cidade. Sobre a

condenação do caipira à urbanização com muita lucidez, o autor dimensiona o limiar da incorporação a uma realidade ou o simples conviver, mas deve ser justamente no sentido de urbanizá-lo, o que, note-se bem, é diferente de trazê-lo para a cidade. Assim, a dimensão do espaço urbano extrapola os limites da cidade? O urbano, conforme, Lefebvre (1999) é a desmesura do “espaço vivido”? A urbanização brasileira ultrapassou o próprio conceito de cidade?

O estudo sobre o caipira pode ser considerado um vaticínio sobre o desolamento do mundo rural brasileiro frente à investida urbanizadora como, uma cruzada em prol da modernidade? Acreditamos que não. No Brasil focamos mais no debate agrícola, principalmente do agronegócio, do que no espaço rural como modo de vida e organização social: uma complexa miríade de possibilidades e arranjos locais (que dialogam com as diversas escalas e suas variáveis). Desde a época das observações e análises de Antônio Cândido ganhou força a dicotomia urbano-rural na medida em que o processo criou contrapontos, principalmente, de um imaginário e modo de vida. Como espaços: urbano e rural são interstícios, no caso brasileiro, da promoção do desenvolvimento acirrando as disputas e não a confluência para a “resolução” de problemas sociais que, afetam ambos os espaços e suas populações. O que nos leva a verificar outras representações de ruralidade: a terra, as pessoas, as contradições, as escalas, o ambiente, os fixos e os fluxos.

Neste momento faz-se necessário um interregno no confluir para Monteiro Lobato e Mazzaropi. Gostaria de descrever como ambos ajudaram a compor o meu imaginário de Brasil e, principalmente, de ruralidade. Monteiro Lobato fazia parte, como tantos outros autores nacionais, do currículo da disciplina de português e era leitura “obrigatória” onde o aluno (no caso o autor) derramava, por sobre questões de pouco alcance, todas as impressões literárias da obra estudada. Lobato me foi apresentado como um escritor infantil engajado na questão do petróleo e como o “arquiteto” do Jeca Tatu, cujo Biotônico Fontoura midiaticizou induzindo ao consumo de tal produto. Por outro lado assistir aos filmes de Mazzaropi, nas matinês de domingo, era uma opção de lazer que envolvia não somente a ida ao cinema, mas todo um processo de emancipação de um pré-adolescente nos meados dos anos de 1970 no interior de Minas Gerais. Sem ter consciência, obviamente, participava da construção de

um País¹ e hoje percebo que Mazzaropi² não era, somente, engraçado ou uma caricatura do caipira, mas, o remanescente de um Brasil, certo clamor de uma época.

Entretanto, o que chama a atenção na obra de Mazzaropi é o registro de uma mudança que vinha ocorrendo desde os anos de 1930 na organização do espaço a partir da industrialização e, conseqüentemente, do urbanismo como discurso de modernização. A despeito de toda crítica que se possa fazer a sua obra, no mínimo um anacronismo com o cinema novo e uma questão etnográfica não discutida, acreditamos que Mazzaropi induziu à reflexão, aos seus moldes, ao dramatizar a “tristeza do Jeca” que, advinha de um fator social; em meio as transformações espaciais, principalmente, da expropriação da terra; e não genético, cuja indolência seria, até, contagiosa. “Ai que preguiça!” Expressão associada a uma aversão ao trabalho. Mais um lema, como tantos outros, que tentam sintetizar, sintaticamente, uma pretensa realidade brasileira, mas encobre sub-reptícios interesses e um acintoso desconhecimento da cultura do interior do Brasil.

Em *Urupês* (1994), por sua vez, Lobato descreve um Jeca Tatu que representava a imagem negativa do caipira – praticamente um parasita da terra, uma espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas de ambigüidades (admitimos aqui as áreas de fronteira econômica). Cogitamos que o significado de civilização esteja relacionado ao urbanismo e todo o processo de industrialização e o imaginário predominante de modernização do país. Monteiro Lobato associa o “seu” Jeca Tatu a uma vida de atraso e de ócio. No entanto, Lobato não demoraria muito a mudar de posição, pois, percebeu que o problema não era de ordem genética, mas social. Neste contexto, o Jeca Tatu é uma “vítima” do escopo do modelo de desenvolvimento brasileiro como, também o é o “homem popular urbano.” Tanto na perspectiva de Mazzaropi, quanto de Monteiro Lobato o Jeca Tatu transita por zonas de ambigüidades de um Brasil que mudou o enredo, o cenário e os personagens, a partir da opção pelo desenvolvimento com vistas à industrialização e a urbanização, mas manteve uma estrutura de exclusão. Entre elas o “caipira” – o homem naturalmente simples, cordato, o que seria irremediavelmente perdido ou superado pela cidade, entendida como o lugar do artificial e do complexo e; o “homem popular urbano” – uma visão fatalista da homogeneização cultural promovida pela industrialização.

Desde o processo de colonização o Brasil é um país construído de “costas para si mesmo”. Em outras palavras, o que se vislumbrava para o País é o litoral e as influências de além mar. Euclides da Cunha, Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freire, Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Francisco de Oliveira, Octavio Ianni, para citar apenas alguns importantes autores, nos dão conta do universo brasileiro e suas contradições. É fundamental citar, também, Saint Hilaire que mesmo tendo um olhar estrangeiro deixou aflorar um Brasil profundo.

A concepção do Jeca, seja na visão de Lobato ou de Mazzaropi, é a confrontação entre o universo urbano e o rural onde um não, necessariamente, absorve o outro, mas compõem textos que se envolvem, mutuamente, construindo o imaginário coletivo do brasileiro.

O caipira de Antônio Candido (*op. cit.*) se contrapõe ao Jeca Tatu de Monteiro Lobato, cuja imagem era associada à indolência e a preguiça; um autor crítico em relação ao atraso do Brasil, em especial do interior. Contudo, Antônio Candido adverte que a fuga do trabalho pelo caipira não deve ser considerada “vadiagem, mas desnecessidade” de trabalhar. Este fenômeno, na ótica do autor, tem suas determinantes econômicas e culturais, dentre as quais a predominância da agricultura familiar associada à fertilidade das terras de mata. Boserup (1987) corrobora com estas afirmações valendo-se de argumentos; que desafiam os determinismos, pretensamente, estabelecidos por uma equação econômica, mas; que subestima: a engenhosidade, mesmo de “comunidades primitivas”, o subliminar de práticas agrícolas estabelecidas no tempo e no espaço, atitudes e valores com o ambiente, visão de mundo e uma noção de tempo-trabalho, onde o trabalho é uma forma de vínculo e vivência e não, necessariamente, produtividade cujas atividades seguem os ditames da sazonalidade da natureza. Nas análises, meramente econômicas predominantes, há um descompasso da relação tempo e espaço na lógica entre técnica, trabalho, produção e elementos da natureza, quando se avaliam as características de cada lugar.

Por suposto, o “sertão está em todo lugar”. O sertão de Guimarães Rosa, em sua obra *Grande Sertão: Veredas* (2001), tencionado pela dialética da sua realidade e a idéia de um Brasil que, de uma forma ou de outra, se urbanizaria ressoa por seus lugares. Uma tensão entre um modo de vida e a imposição de uma lógica, “[...] a cidade acaba

com o sertão. Acaba mesmo?” Riobaldo assistia às mudanças de um sertão onde o novo e o velho produzia textos envolventes. Entretanto, o grande sertão é composto por veredas que expõem a condição humana e suas vicissitudes cotidianas. Uma tensão de modos de vida em transformação. O universal e o local como produtores de inércia e movimento, de assimilação e reconstrução, de desnublamentos de realidades e revelações. Portanto, o que se vislumbra do sertão de Guimarães Rosa e do espaço rural brasileiro, nas palavras do autor, é o que o horizonte é – “tudo em tudo.” O sertão é grande, mas as veredas são disseminadoras. Recolhem as águas das chapadas e as devolvem para o sertão. Das veredas surgem homens e mulheres, que constroem um sertão complexo e ambíguo como o próprio Diadorim.

O espaço rural brasileiro, para além da visão setorial agrícola, é um universo em construção-desconstrução, é dinâmico e inerte, ação e reflexão, início e fim, efêmero nas previsões sobre o ocaso do seu tempo e eterno em suas territorialidades em movimento. São efemérides para um ensaio. “O sertão é dentro da gente.”

Assim, que recortes estabelecer deste sertão, destes espaços rurais, suas territorialidades, ruralidades e representações de uma terra em trânsito?

A questão rural no Brasil é marcada por antagonismos e sectarismos: históricos, políticos, ideológicos, literários, acadêmicos, mas, principalmente, por uma visão tutelada do ser e da terra, quando se refere ao modo de vida camponês. O termo camponês em si, carrega um dilema semântico que, se apresenta por complexas estruturas sintáticas, tanto, em termos de linguagens e significados, quanto de conceituações. Faz crer que o camponês, no Brasil, é um estranho para si mesmo, quando confrontado com a realidade histórico-econômica capitalista. Logo, onde ambientar este ser ensimesmado e cuja racionalidade desafia a lógica econômica vigente? Por certo, o camponês vem pintando o cenário de sua existência, mas não tem por intento concluir a sua obra, pois, é dialeticamente terra e gente. A sua história são páginas da própria natureza.

Martins (1981) desvela alguns enigmas na medida em que nos apresenta um personagem dinâmico em suas lutas: sejam elas políticas ou não. Para o autor, o camponês brasileiro é um “insubmisso” contra as várias faces da expropriação. Afirma, também, que o campesinato manteve-se à margem da polarização: classe operária e

burguesia nacional. O camponês é antes de tudo um auto-suficiente, talvez, esta particularidade de seu modo de produção e de vida o tenha alijado da equação dominante baseada em uma “agricultura moderna e produtivista.” O campesinato se transformou em nó da rede do sistema capitalista baseado nas relações de mercado. Neste sentido, a discussão sai da órbita agrária e perpetua no determinismo econômico. Como objeto de uma controvérsia é uma teoria. Na verdade as teorias predominantes, nem sempre conseguem encaixá-lo no quebra-cabeça da realidade político-econômica do país. O camponês parece um refém da sua peculiaridade e chega a ser quase uma virtualidade: política, social e econômica, mas é real a sua obstinação, em manter um modo de vida e a terra como valor de uso o que conclama a novas reflexões.

Malgrados os problemas fundiários no Brasil e as dicotomias que marcam as análises do universo rural; a relação com a terra, na maior parte do espaço rural brasileiro, vai além da questão econômica; é composta por uma miríade de significados, valores, conflitos, contradições, atitudes e representações. São, portanto, *Grandes Sertões: Veredas*.

Por uma identidade socioespacial

De acordo com Milton Santos (1982), quando analisamos um dado espaço se cogitamos apenas dos seus elementos, da natureza desses elementos ou das possíveis classes desses elementos, não ultrapassamos o domínio da abstração. É somente a inter-relação existente entre os elementos do espaço, e por conseguinte das suas variáveis, que nos permite realmente conhecê-lo e defini-lo. Assim, os diversos elementos do espaço estão em relação uns com os outros, mas não são relações apenas bilaterais, uma a uma, mas relações generalizadas e difusas. Por isso se pode dizer que elas formam um verdadeiro sistema, também pelo fato de que essas relações não são entre as coisas em si ou por si próprias, mas entre as suas qualidades e os seus atributos. Admitimos o sistema aberto, para além dos isomorfismos, influenciado pelas contradições históricas.

Semelhante a um holograma as pessoas, em suas coletividades, estão em movimento produzindo inter-relações complexas. Não há como estipular momentos de

conexão e desconexão de uma realidade que é construída no cotidiano. São fluxos múltiplos e simultâneos que se concretizam, momentaneamente, no espaço que, por sua vez, se transforma em território e suas miríades de territorialidades.

Há que se atentar para a territorialização da identidade, isto é, estabelecer fronteiras para os valores, atitudes e ações, pois, a territorialidade é uma construção edificada, às vezes, sobre os pilares do jogo de interesses: políticos, econômicos, nacionais, corporativos. Pode, sem embargo, ser uma armadilha dos rótulos impressos pelos determinismos.

Na atualidade valores sedimentados são contrapostos por novas tendências e ocorre a imposição de outros valores, principalmente, pela perspectiva econômica. Se analisarmos as ações das pessoas no espaço, como uma linguagem dialógica, o momento presente aponta para o passado de referência, mas determina uma possibilidade. O momento da sistematização destes códigos não é um vazio de intenções e deliberações. Há uma configuração espacial³ construída pela linguagem, que é composta por uma ética, mas delineada pela estética da ação-reflexão: uma semiótica do espaço. Contudo, o que une, então, as pessoas aos significados produzidos em cada lugar?

O termo identidade às vezes pode ser encarado como conceito, às vezes como atitude, outras tantas, como questão ideológica. Trata-se de um termo polissêmico⁴. Mais que uma solução conceitual é o pano de fundo, em tempos de globalização acirrada, quando o sentimento de pertencimento se faz necessário ou é quase uma obrigação. Em outras palavras parece ser inconcebível, na contemporaneidade, um lugar sem identidade. Contudo, acreditamos que identidade é um processo: uma construção da realidade dos sujeitos históricos em cada lugar. Portanto, quem precisa de identidade? A quem interessa a identidade de uma comunidade?

Hall (2002) alega que na contemporaneidade ocorre uma verdadeira explosão do discurso à cerca da identidade, o que de certa feita conduz a um debate crítico e a uma unanimidade, quando se refere ao termo como significado de, originalidade, unicidade e integralidade. São construídos conceitos-chave que tentam atrair a produção de um conhecimento positivo e representativo sobre a identidade. Para o autor a identidade é um desses conceitos que desvela uma idéia que não pode ser pensada da forma antiga,

mas sem a quais certas questões-chave não podem ser se quer pensadas. Neste contexto, o termo identidade surge como cenário do aporte político-econômico e da própria condição da existência de um lugar centrado nos sujeitos autônomos da Modernidade. Entretanto, na contemporaneidade, o que se presencia é um sujeito largado à própria sorte no jogo das prioridades midiáticas ou economicistas, que recorre a um processo de “identificação”⁵ com bases territoriais e práticas discursivas construídas e ao mesmo tempo descoladas do território.

Destarte, o território traz em si o limite? Não há um Estado, uma região sem um território demarcado, regido. Todo território conduz a uma fronteira ou é o contrário? Toda fronteira é negociável? Para Bourdieu (2003) toda fronteira é um ato de jurisdição e produz a diferença cultural⁶. Há, talvez, uma armadilha na identidade, quando se pretende estabelecer elementos de unicidade em um grupo social; todos com os mesmos objetivos. Bourdieu (*op. cit.*) nos alerta que, o mundo social é também representação e vontade, existir socialmente é também ser percebido como distinto.

Se tratarmos, então, a identidade como representação ela pode se constituir como elemento de agregação e desagregação, simultaneamente, pois não há como estabelecer, definitivamente, o futuro cultural sem incorrer nos determinismos do pensamento presente. Ao retornamos a dicotomia urbano-rural a cisão territorial está definitivamente presente, pois, aos olhos de quem conceitua, todo espaço deve atender a uma funcionalidade para existir?

Por conseguinte, devemos superar a dicotomia urbano-rural e pensar acerca de cotidianos de relações. O rural ou o urbano não devem ser constituídos como espaços fixos, mas “redes porosas”, abertas às relações sociais conforme Massey citado por Bossé (2006). As identidades podem estar ligadas ao lugar, mas se configuram pelas inter-relações espaciais, suas continuidades, descontinuidades, complexidades e complementaridades. Conforme Bossé (*op. cit.*) reconhecer a abertura, a troca e o emaranhamento das identidades dos lugares em dinâmicas socioespaciais complexas que neles se cruzam, os envolvem e os ultrapassam não significa, no entanto, negar a especificidade ou a particularidade dos lugares. Milton Santos (2002) nos diz que cada lugar existe pelas relações e tem acesso ao acontecer dos outros lugares (escalas das variáveis do espaço). O tempo dos fluxos e fixos: autoriza o mesmo momento a partir de

múltiplos lugares; e todos os lugares a partir de um só deles. Milton Santos (1997) chama a atenção para a enumeração das funções que cabem a cada um dos elementos e demonstra que estes são intercambiáveis uns aos outros. Quanto maiores os processos de desenvolvimento histórico aumentam, por conseguinte, a intercambiabilidade devido à complexidade crescente em todos os níveis.

A especificidade do lugar pode ser entendida também como uma valorização específica (ligada ao lugar) de cada variável. Milton Santos (1982) argumenta que, cada lugar (construído pela ação-reflexão) atribui a cada elemento constituinte do espaço um valor particular. Em um mesmo lugar, cada elemento está sempre variando de valor, porque, de uma forma ou de outra, cada elemento do espaço – humanidade, rural, urbano, empresas, instituições, ambiente – entra em relação com os demais; e essas relações são em grande parte ditadas pelas condições do lugar. Sua evolução ganha, destarte, características próprias, ainda que subordinadas ao movimento do todo, isto é, do conjunto dos lugares. A especificidade do lugar se acentua com a evolução própria das variáveis localizadas, o que nos permite falar de um espaço concreto. Desse modo, se cada elemento do espaço guarda o mesmo nome, seu conteúdo e sua significação estão sempre mudando. Assim, a questão não é, pois, de levar em conta casualidades, mas contextos.

Logo, podemos pressupor que as identidades rurais ou urbanas são fluídas e se constroem cotidianamente. Querer fixá-las, principalmente, a partir de análises economicistas é render tributos às incongruências de seus objetivos que reduzem a complexidade dos espaços a valores de troca. Não se pode, também, cair na armadilha conceitual da “ideologia idílica”, conforme Abramovay (1992), não admitindo as reconstruções do espaço rural e fixando-o a um fator agrícola de viés, fundamentalmente, economicista por um lado e vocacional por outro.

Territórios plurais, ou a singularidade econômica?

O debate sobre o rural e a ruralidade ressurgiu revigorado, como categoria de análise no caso brasileiro, a partir da crise do modelo urbano-industrial, que se consubstancia nos anos de 1980 e se acentua com novos contornos e complexidades nos

anos de 1990 no decorrer da redemocratização do país. Acentua-se, definitivamente, com a colheita dos controvertidos resultados, ambientais, agrários e sociais do processo da Revolução Verde que se inicia, mormente, nos anos de 1960. Concomitantemente, induzindo à modernização, à industrialização da agricultura, à renda da terra com notória concentração fundiária acentuando, assim, as desigualdades espaciais entre as regiões brasileiras.

Confluem fatores internos e externos ao território nacional que, mobilizam o pensar sobre o rural e as suas nuances sob a ótica dos modos de vida, da produção, da multiplicidade e diversidade, da multifuncionalidade, dos fatores sócio-econômicos, da reforma agrária e da questão ambiental. O processo de globalização, paradoxalmente, fez aflorar o interesse pelas questões sociais, econômicas e ambientais na escala local e expõe a complexidade do universo rural. Em contrapartida repercutem, cada vez mais, os debates sobre as “cidades globais” os seus poderes de influência e “sedução” calcados sob a égide dos mercados globalizados. Logo, a urbanização do pensamento dita o ritmo do debate sobre o espaço rural perpetuando, mesmo com certo distanciamento, a oposição urbano-rural como mote de análise, fundamentalmente, econômica e funcionalista.

Neste cenário de complexidades é que se afloraram, por suposto, predições em meio a reminiscências de um passado presente. Na escala global, o mundo se defronta com a miríade de questões: ambientais, geopolíticos, demográficos, conexão em rede, crescimento do setor financeiro, e conseqüente ocaso (cíclico), organizações não-governamentais, bem como da violência e da fome. Os acontecimentos passaram a se estruturar em rede, a partir de nós de interconexões que, por vezes, repercutem na escala local de forma ativa ou passiva produzindo territórios flexíveis e processos de construção e reconstrução de realidades.

No Brasil antigas questões continuam em debate acirrado como, por exemplo, a reforma agrária, o desenho de um modelo de desenvolvimento sustentável para o espaço rural e a agricultura, a (re)valorização das racionalidades e de modos de vida tradicionais e o crescimento da participação do agronegócio (vinculado ao discurso da eficiência) na economia brasileira, a sua conseqüente concentração fundiária e ampliação dos impactos ambientais.

Assim, a dicotomia rural-urbana (como modelo de análise da realidade a partir do atrasado e do moderno) se dilacera e, ao mesmo tempo, se fortalece no escopo dos processos econômicos que produzem entraves em um processo complexo e dinâmico. Contudo, há um grande esforço, no debate acadêmico, em romper com a oposição rural-urbana o discurso do atraso e da modernização que se alimenta da inércia de políticas públicas equivocadas e visões fragmentadas do território.

Para Graziano da Silva (1999) há um *continuum* entre urbano e rural. Onde o rural “só pode ser entendido” a partir da influência do espaço urbano. A sua tese de um “novo rural”, que se justifica pela imbricação das atividades econômicas que, afluem por entre os espaços inventando e deixando aflorar novos arranjos produtivos, ocupacionais, de geração de renda, de modo de vida no espaço rural. A sua proposição do *continuum* pode ser instigante sob a ótica econômica, mas não produz novas dimensões de análise, quando se incorporam múltiplos ângulos ao debate como a organização social, política, cultural, *a praxis* e o ambiente dos espaços rurais no Brasil.

Assim, o enredo das análises parece girar em torno das novas tecnologias e seus impactos sobre as inter-relações espaciais. Sem embargo, o *continuum* é factível como modelo de análise. Entretanto, justifica-se mais pelos processos urbanizadores do que pelos processos integradores do espaço rural às “novas formas” do modelo pós-fordista por ele apresentadas.

Nesta perspectiva, conclama o autor a um processo de zoneamento dos espaços rurais o que tornaria o uso e ocupação do solo mais adequado às atuais demandas do *continuum*. Na contemporaneidade o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) pode ser entendido como um instrumento de análise espacial, de forma a abordar a integração dos processos e das dinâmicas, ou pode ser uma forma de ordenamento territorial com viés de um planejamento e gestão. Contudo, quando se fala em ordenamento territorial, no Brasil seja no espaço rural ou urbano, trata-se de um dever constitucional ou de oportunismos: políticos e mercadológicos?

O que, no entanto, pode ser controvertida, de fato, é a proposta de se pensar o planejamento do espaço rural a partir de Planos Diretores centrados nas questões urbanas e não de uma inter-relação espacial. Neste sentido, o ângulo sobre as novas formas do rural parece focar em uma única direção e reafirmar a sobreposição de

lógicas tendo como referência o processo de urbanização e o papel da cidade como sede do município.

A partir da análise do “mundo rural dos países desenvolvidos”, avalia Graziano da Silva (*op. cit.*), emerge o conceito de *part-time farmer* (agricultor em tempo parcial) na perspectiva da pluriatividade que combina atividades agrícolas e não-agrícolas. Parece factível a combinação de atividades setoriais, independente de uma questão espacial, contudo o desenvolvimento não pode prescindir dos contextos. São claras as análises do autor sobre os novos arranjos dos espaços rurais, principalmente, nas áreas periurbanas dos grandes centros brasileiros. O que não pode servir de modelo de referência é o transbordamento funcionalista ou a dinamização das ações a partir das influências, decisões e necessidades urbanas; tão somente.

Assim, o que transparece é a sobreposição de uma lógica urbana em detrimento de arranjos e racionalidades rurais próprias. Há, sem embargo, uma universalização dos processos econômicos no espaço que, tudo indica, é global. Lefebvre (1999) alega que o sistema capitalista usa o espaço (fisicamente), sem considerar o espaço (uma produção social). Não devemos prescindir das racionalidades dos lugares e do potencial transformador das ações das pessoas em seus contextos (que são elas próprias as produtoras do espaço). Há, de fato, uma assimilação-modificação do espaço rural, mas não sem antes um posicionamento dos habitantes dos lugares, uma capacidade de transformar e agir.

Logo, a pluriatividade (renda advinda de atividades agrícolas e não-agrícolas) teria se transformado em: uma opção? Em uma necessidade? Ou é, também, uma estratégia dos habitantes dos espaços rurais sempre confrontados com a expropriação e a assimilação-modificação do modelo de desenvolvimento no Brasil?

A despeito das discordâncias da análise a partir de uma perspectiva urbana. Os estudos de Graziano da Silva (*op.cit.*) se tornam fundamentais ao demonstrarem que já não se pode caracterizar o meio rural brasileiro somente como agrário. O comportamento do emprego rural, principalmente, dos movimentos da população residente nos espaços rurais, não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e/ou da produção agropecuárias.

O que é passível de crítica nas análises do “rurbano” de Graziano da Silva (*op. cit.*) é a abordagem que percebe o rural muito mais sob a influência do urbano que em relação às características do próprio rural, sua diversidade, complexidade e multiplicidade de arranjos sociais, racionalidades e identidades.

Por suposto, as análises sobre o espaço rural devem transcender o discurso funcionalista e abranger o uso do solo e a organização social da terra, suas representações, especificidades, modos de vida e significados.

Por outro lado, Wanderley (2000) analisa o espaço rural de modo a entender o seu contexto, a sua história e os processos de transformação. Mais que estabelecer conceitos, a autora procura montar a arqueologia de um mosaico paradigmático sobre o espaço rural e as suas ruralidades. São análises que transcendem a setorização econômica e funcional do espaço, que produz o não-lugar, isto é, a ausência de vivências do lugar. Com maestria a autora alega que, das relações sociais resultam práticas e representações particulares a respeito do espaço, do tempo, do trabalho, da família. Trata-se, portanto, de representações particulares que denotam a contextualização das ações. São territórios construídos e reconstruídos pelas pessoas em seus cotidianos. Em escala é uma construção compartilhada do lugar, é ao mesmo tempo ambígua, efêmera e definitiva pelo tempo da ação-reflexão, pelos processos históricos e a condição humana, da razão e a *práxis*.

Para Wanderley (*op. cit.*) a urbanização do pensamento não se transforma em totalidade, o que, se por um lado, impõe uma racionalidade instrumental não impede a fluidez dos modos de vidas rurais. O problema da dicotomia rural-urbana é deixar transparecer que há certa drenagem dos recursos do campo pela cidade. Neste possível embate, é claro, a tensão entre lados, aparentemente opostos, reforça a inércia do viés economicista da maximização do lucro.

Há mais complementaridades entre os espaços urbanos e rurais, do que sobreposições. A não ser de lógicas calcadas sobre o instrumentalismo e o funcionalismo da história, portanto, do tempo o que poderia cogitar-se em dimensões paralelas. Neste sentido, se o tempo é a dinâmica da história, o espaço é a uma produção social. Ora, um território não deve ser fragmentado por oposições e lógicas de sub-reptícios interesses econômicos, exclusivamente. Pensar os espaços de forma

fragmentada ou pela imposição de lógicas é incorrer no risco da composição de *ghetos* ou especializações insuperáveis que, se aprofundam na medida em que afloram os múltiplos arranjos e diversidades de modos de vida e de ambientes.

O “agricultor puro” é uma invenção do sistema capitalista? O espaço rural sempre foi habitado exclusivamente por agricultores? De fato, estas questões são produtos das políticas intersetoriais que, ainda, representam e pensam os espaços de forma fragmentária. Conforme Wanderley (*op. cit.*), este pensamento setorial produz uma subordinação dos setores rurais em relação aos setores urbanos, seja pela perspectiva da renda, do emprego, do acesso aos bens e serviços públicos.

Assim, a prisão econômica setorial, embasada pelo discurso da modernização, principalmente, da industrialização longe de modificar este quadro o reforçou, ao aprofundar a dependência da produção agrícola aos insumos industriais e ao associá-la cada vez mais aos mercados consumidores urbanos. No caso brasileiro o processo de modernização não produziu, amiúde, uma ampla melhoria das condições de vida da população urbana ou rural.

Quando o debate se refere ao urbano ou rural admitem-se categorias de análise abordando o modo de vida do espaço? Ou o espaço é determinado pelas ações setoriais, que criam categorias e qualificações? Assim, o que qualifica o espaço? O seu uso, tipo de ocupação, sua dinâmica e fluidez, os elementos fixos ou as representações que as pessoas fazem dos seus lugares? Qual seria a diferença entre agricultores e rurais? Parece que estas questões perpassam o debate rural-urbano na contemporaneidade. Dialogar com as perguntas, sobre o espaço rural brasileiro, é mais que encontrar respostas é, sobretudo, delinear complexidades.

Para responder a estas questões Wanderley (*op. cit.*) aponta uma direção, qual seja, a de tomar o espaço a partir de um modelo ambiental (de forma holística) em contraposição ao modelo econômico vigente. É uma questão conceitual e ao mesmo tempo metodológica. Sachs (1986) nos aponta um caminho que é o ecodesenvolvimento, que se fundamenta em duas premissas: as práticas cotidianas e a ecologia cultural. A prudência ecológica, conjuntamente com a cultura, apresenta-se como a matriz a partir da qual o planejador lida com as conseqüências das ações humanas em longo prazo e os processos de desenvolvimento de base sustentável.

A construção do lugar é a composição de redes de relações onde a escala da proximidade social, ambiental e cultural produz a configuração espacial. Portanto, como produzir uma definição do mundo rural? De que rural se deve falar? Para além das tipologias, talvez é mais factível produzir toponímias do espaço habitado onde as atitudes e valores, em relação ao ambiente, sejam considerados e contextualizados, isto é, a partir dos significados para os seus habitantes.

Assim, poderíamos vislumbrar a passagem da racionalidade setorial para a espacial – territorial. Um sistema rural, o território, uma composição: espaço vivido, história e o processo de integração e organização social. Portanto, o que perpassa o debate não é a necessidade de encontrar as diferenças, mas, antes, deixar aflorar os contextos espaciais. O rural e o urbano são textos que se envolvem, cuja gramática é delineada mais pela semântica do que pela sintaxe. Isto é, mais pelos significados do que pelas normas.

Mas o que seria a ruralidade?

O espaço rural desde o processo de acelerada urbanização do território e do discurso, no caso brasileiro, é vítima da dilaceração compulsória. É tecido, pelas opções políticas, objetivos econômicos e de planejamento o tempo do efêmero. O desaparecimento de modos de vida, de trabalho, de ambiente, principalmente, sob a luz das teorias clássicas e neoclássicas. No entanto o que se percebe são efemérides, sendo registradas, no alvorecer da sociedade do conhecimento. Sem embargo, o espaço rural se reinventa pelas ações das pessoas em uma construção histórica contextualizada.

Assim, o universo rural subverte a lógica econômica e política predominante. Então como analisar a questão urbana-rural numa perspectiva da complexidade? Ferreira (2002) aproxima suas argumentações de uma perspectiva do espaço rural como, um território vivenciado. Concomitantemente, o rural é um espaço de vida e de trabalho (a referência do solo como elemento natural, agrário, simbólico, material, imaterial e histórico). Há uma proximidade ambiental no vivenciar do espaço rural, uma questão de escala ambiental. São múltiplas ruralidades construídas e reconstruídas, portanto, não é

plausível afirmar acerca de identidades fixas. Em um espaço rural, pode por vezes, coexistirem múltiplas e simultâneas ruralidades.

Para Ferreira (*op. cit.*) ruralidade é um conjunto de representações que fazem valer tais papéis, neles integrando identidades rurais em transformação. E admite, ainda, que o rural é um espaço de vida e trabalho, uma rede de relações sociais, uma paisagem ecológica e cultural e representações específicas de pertencimento, de desejo ou projetos de vida. Neste sentido, podemos pressupor que, contrapõe-se ao conceito do *continuum* de Graziano da Silva (1999).

Mais que estabelecer tipologias devemos analisar o espaço rural em seu significado e projeto de vida das pessoas. Ao citar Lamarche (2000) um rural que se define não pela agricultura, mas com a agricultura. A autora arquiteta um lastro de análise, mas, também, confirma a possibilidade estabelecida por ela da condensação de “espaço-tempo-cultura.” Assim, ganha forma-conteúdo o conceito do espaço rural como território vivenciado. Sem embargo, é fundamental pensar este espaço a partir de uma nova gestão das políticas sobre o rural. Desta feita, a autora lança as seguintes questões fundamentais: “Pode-se pensar, aqui entre nós, em reconstruções de ruralidades? Se elas estão em curso, que processos sociais as caracterizam?” Assim, podemos erguer críticas sobre a hipótese do *continuum* e lançar luz sobre a possibilidade de uma complementaridade entre urbano e rural. Para Ferreira (*op. cit.*), há uma experiência urbana contígua no espaço rural, mas o que predomina é uma urbanização administrativa do espaço estabelecendo prioridades e interesses políticos específicos.

Logo, fica clara a idéia do espaço rural como um território em construção nestes processos de mudanças tecnológicas, do trabalho e do predomínio de uma lógica instrumental econômica formal. Por conseguinte, temos no Brasil uma ruralidade em (re)construção sob um processo complexo, não unidirecional, e que se revitaliza na sua complementaridade intrínseca com o urbano e que ainda carece de análises, estudos locais e regionais acerca de suas singularidades.

Sistemas do lugar: modelo rural ou modelo agrícola?

O sistema do lugar, no espaço rural da agricultura familiar, é uma construção; uma razão da prática como, também, uma interseção entre a construção mítica e a construção histórica referenciando-se em Pietrafesa (1993). O trabalho é o elemento de amálgama a partir do discurso da genealogia, onde a família é a dinâmica do processo e a detentora da memória social. A família faz a gestão das práticas cotidianas combinando-as num conjunto do tempo – uma historicidade de sentimentos em relação à comunidade, à natureza (aos elementos da terra como um todo), à economia, às políticas, ao mundo.

O território é concebido por questões de valor, para além do pragmatismo econômico. Desenvolve-se uma dialética da memória coletiva associando-se o instante do presente ao conjunto do tempo e, também, às ressonâncias de tempos imemoriais. Portanto, é um trabalhar com o tempo e a natureza. A construção do espaço é estabelecida no cotidiano e o trabalho é o fator de humanização. Ao se trabalhar os elementos do espaço natural, através da técnica (razão prática), constrói-se o espaço habitado e, assim, produz-se laços simbólicos, materiais e imateriais.

Portanto, o território da agricultura familiar é uma criação doméstica, tanto na perspectiva familiar, quanto na alusão a amansar, “civilizar”. Logo, os limites do território são definidos pelas áreas trabalhadas. A territorialidade é fruto dos antagonismos e ambigüidades entre a sua endogenia e as influências externas. A demarcação dos seus domínios é invisível à lógica predominante economicista, mas concreta de simbolismos e significados materiais e imateriais.

De fato, o espaço rural seja ele da agricultura familiar ou do agronegócio empresarial está, tradicionalmente, vinculado a uma atividade econômica setorial agrícola. Ao pressupormos que há uma vinculação deste *status quo*, também, com fatores históricos é fundamental, contudo, transpor esta referência conceitual e admitir o princípio da totalidade do espaço rural almejando-se uma inter-relação e, não, um *continuum* (na perspectiva de Graziano da Silva, 1999). Para Schneider (2006), é preciso avançar no tratamento do espaço rural como uma “questão agrária” e admitir a complexidade do espaço rural construído a partir do uso e ocupação do solo, da

organização social da terra e da heterogênea forma de inserção da agricultura familiar no interior do capitalismo. Em nossa perspectiva insistir em uma análise do espaço rural a partir de um modelo agrícola é render uma ode ao agronegócio empresarial e ao economicismo como mote de explicação do espaço e das ruralidades.

Por outro lado Neves (1992) argumenta que, é fundamental avançar nas metodologias de análise da agricultura familiar, principalmente, da unidade familiar como foco de estudos. Em muitas análises (calcadas nas concepções funcionalistas) a unidade familiar se torna, por suposto, o *locus* da utopia de resistência ao sistema capitalista. Considerada, nestes termos, as unidades familiares de produção são estudadas da perspectiva da produção imediata e não da produção social. Ora, é provável que nestas condições os estudos valorizem mais o viés econômico do que o uso e ocupação do solo e a organização social da terra. Persistir em tal utopia pode transformar a agricultura familiar em uma trincheira de resistência ao sistema capitalista. Acreditamos que a visão de mundo das famílias de agricultores é muito mais ampla, heterogênea e complexa.

Entre as atividades econômicas as do setor agropecuário são as que mais dependem dos recursos naturais especialmente, do clima, dos solos, das águas e do relevo. As outras atividades econômicas, praticamente, não possuem mais relação direta com os elementos naturais. Mesmo os recursos minerais e energéticos necessários para uma atividade industrial, ao contrário do que ocorre com a agropecuária, podem ser trazidos de áreas distantes e não dependem das condições naturais do lugar em que essa indústria se localiza. Daí a importância do desenvolvimento de tecnologias e manejos ambientalmente sustentáveis na prática agrícola. A atividade agropecuária pode ser analisada pela perspectiva da segurança alimentar e nutricional, geração de divisas para a economia nacional, dinamização da economia regional, passivos ambientais que perdurarão por gerações, haja vista, a perda de solos e a poluição por agrotóxicos entre outros impactos positivos e negativos. Mas a própria atividade agropecuária pode ser inserida em um contexto, isto é, fazer parte de uma realidade estruturada por fluxos diversos pelas nuances das ações, manifestações culturais e organização social do uso e ocupação do solo e da terra. São ruralidades que se organizam em um contexto territorial. Para além de uma perspectiva setorial.

Tendo em vista as mudanças multifuncionais do espaço rural, analisadas por diversos autores, seria produtivo pensar na perspectiva de um espaço rural híbrido. É, simultaneamente, um referencial agrícola, econômico, cultural, social e ambiental que se aplica a partir de saberes pessoais e coletivos, de habilidades individuais, direitos individuais, coletivos e contextos ecológicos.

O espaço rural como o urbano demonstra as inter-relações de inúmeras contradições, compostas de infinitos sistemas em uma benéfica oposição de fatos e elementos, uma *práxis*. Portanto, todo recorte possível é efêmero e concreto em um determinado momento. São múltiplas e simultâneas escalas da ação-reflexão que coexistem em um dado instante. Não se trata de relativismo, mas de uma perspectiva hologramática da realidade vivenciada.

Assim, quando nos referimos, por exemplo, àquela casa ou àquele edifício, àquele loteamento, àquele bairro, àquela propriedade rural, àquele assentamento são todos dados concretos, – concretos por sua existência – mas, na verdade, segundo Milton Santos (1982) todos são abstrações, se não buscarmos compreender o seu valor atual em função das condições atuais da sociedade, isto é, as suas inter-relações. Casa, edifício, loteamento, bairro, assentamento estão sempre mudando de valor relativo dentro da área onde se situam. As mudanças não são homogêneas para todas as áreas, cuja explicação se encontra fora de cada um dos objetos e só podem ser encontradas na totalidade de relações que comandam uma área bem mais vasta nas múltiplas escalas da ação-reflexão humana. Assim, também, ocorre com as pessoas, as empresas, as instituições.

Portanto, é mister as pessoas terem uma ação-reflexiva crítica, isto é, uma reconstrução crítica sobre o seu espaço imediato – o lugar – caso isto não ocorra a tomada de decisão se sucederá em outra escala, que pode ser municipal, regional, nacional ou, até mesmo, global. As partes estão integradas ao todo, que remete por sua vez às partes. Desta forma, é a inter-relação dos elementos do espaço que gera os fluxos e as concretudes afastando-se das abstrações. Logo, se as pessoas, em seus cotidianos, não participarem ou não forem chamadas à participação sobre as decisões referentes ao seu lugar (as vivências cotidianas) as tomadas de decisão ocorrerão de forma sub-reptícias até mesmo à revelia dos interesses coletivos e públicos.

A ruralidade como um texto do território vivenciado

Nestes tempos de modernidade avançada, de miríade de referenciais, em que os fatos se tornam múltiplos simultâneos cortejando com as incertezas, Jean (2002) instila importantes reflexões sobre o espaço rural e a ruralidade. Devemos sublinhar o paradoxo sobre o espaço rural: o trânsito entre o declínio e o renascimento. Deste rural, em transformação ou renascido, se admitirmos esta possibilidade como referencial de análise que, ruralidade tangível ou significante devemos considerar?

Sem embargo, a ruralidade se configura a partir de uma (re)composição sócio-territorial do espaço rural contendo aí o ambiente e as práticas cotidianas. Contudo, devemos alertar para a simplificação do discurso político sobre a ruralidade, o regionalismo, a urbanização. A ruralidade faz parte de uma problemática mais ampla com nuances variadas de componentes sociais, econômicos, culturais e ambientais. Do urbano-rural emerge uma ruralidade plural que, demanda uma transformação e mudança do discurso social e político ou, mesmo, uma mudança do paradigma interpretativo dominante sobre a dinâmica rural. Destarte, é necessária uma evolução teórico-metodológica para a compreensão das mudanças e transformações do espaço rural. Por conseguinte, uma “ruralidade que muda, mas que perdura” nas análises de Jean (*op. cit.*). Logo a ruralidade é um contexto social importante para o entendimento do espaço rural.

O autor alerta que, há um déficit de estudos rurais e mesmo da construção de uma nova tipologia para o espaço rural. Portanto, carecemos de uma atualização do conhecimento sobre o espaço rural. Assim, os hábitos da ruralidade configuram uma realidade mal compreendida. Nas diferenciações do escopo do conceito de ruralidade, há mais elementos significantes que, apenas, o exercício da oposição urbana-rural. Entretanto, o novo rural é mais uma demanda teórica que social? Neste sentido, as questões rurais podem ser entendidas pelo viés científico e pelo da prática.

No discurso social predomina, ainda, no caso brasileiro, a dualidade urbana-rural onde a idéia recalcitrante sobre o espaço rural o atrela ao limbo do atraso, do anacronismo e da tradição cuja racionalidade urbano-industrial é destacada. No discurso político predomina mais o discurso e menos a política rural e suas proposições estão,

ainda, fixadas nas concepções da modernidade que percebem o espaço rural como as manifestações de um só fenômeno e uma só causa. Assim, por uma visão determinista, o rural integra-se à sociedade moderna no discurso político que, via de regra, apresenta poucas proposições para um desenvolvimento rural. O reducionismo economicista dita o mote de um enredo uníssono sobre eficiência, produtividade, tecnologia e crescimento do PIB agrícola. Mesmo se tomarmos esta conotação, como referencial de análise, há um complexo sistema de inter-relações de elementos, que contradizem as notórias políticas agrícolas setoriais brasileiras.

Jean (*op. cit.*), a seu turno, propõe uma representação da ruralidade em busca de novas teorias e metodologias ao estabelecer, pelo menos, duas hipóteses sobre a adoção de uma perspectiva dialética para o entendimento do espaço rural: 1) a pluralidade dos modos de expressão da ruralidade deve ser apreendida a partir dos contextos rurais; 2) uma visão dialética pode superar a dicotomia urbano-rural como referencial de análise que, ainda, perdura.

As proposições analíticas do rural, na perspectiva, do autor, admitem um espaço rural como uma rede de mutações silenciosas compondo territórios rurais flexíveis e fluidos de racionalidades do lugar, mas, concomitantemente, materiais. Trata-se, portanto, de uma concepção de análise que considera a ocupação e uso do território rural e admite que a nova identidade rural compõe-se de associações de ambigüidades.

O par dialético local-global, a permeabilidade entre escalas e a institucionalização da confiança: alternativa ou dependência?

Um embate inevitável, na contemporaneidade, é a repercussão do conceito de “inovação”. Esta questão atinge o espaço rural reproduzindo a fatídica dualidade entre o atrasado e o moderno, pelo menos no Brasil, quando se trata de julgar a eficiência e mensurar a produtividade a partir da lógica econômica vigente. Devemos chamar a atenção, entretanto, para a existência de uma “diversidade de espaços rurais” e a possibilidade de qualificação e quantificação destes. Sem embargo, o escopo de análise não pode se prender ao enredar do espaço rural aos modelos de desenvolvimento e de possibilidades frente à economia.

Devemos analisar os elementos que qualificam o espaço rural como um espaço vivido e de produção. Portanto, a organização do rural vai além de uma mera correspondência aos anseios econômicos. Neste sentido, é fundamental estabelecer políticas de desenvolvimento e não somente agrícolas como elementos amálgamas da ruralidade. Diferenciar, todavia, os modelos de desenvolvimento rural e agrícola. Devemos lembrar que não há uma definição definitiva sobre o conceito de ruralidade o que seria uma tarefa impossível ou inviável. Assim, a dificuldade em se conceituar a ruralidade parece empurrar, conceitualmente, o espaço rural para a esfera teórico-metodológica da instrumentalização de viés agrícola. Logo, podemos questionar se a ruralidade, predominante no Brasil, é uma manifestação da forma-conteúdo do espaço habitado e vivido – um território – ou um arranjo do discurso político e econômico?

Quanto aos processos econômicos agrícolas, no espaço rural, Fonte (2000) estabelece dois referenciais de análise: 1) uma economia para a produção de produtos específicos do local para o global e; 2) uma economia de reprodução para o mercado local. Um preposto interessante como referencial de análise que, de fato, se materializa na contemporaneidade. No primeiro referencial é a agricultura inserida na economia de mercado globalizado, no segundo é a inserção na economia local.

Contudo, a referência a uma produção contextualizada, isto é, inter-relacionada com uma identidade territorial (indicador geográfico) pode, concomitantemente, ser uma resposta as artificializações da agricultura científica onde o solo deve sempre ser o ideal, não importando as vivências, mas pode, também, ser uma transferência de recursos do local para outras escalas, principalmente, a sua autonomia frente às deliberações políticas e certificadoras. Quanto ao termo recursos, neste texto, ele engloba tanto o ambiente, quanto as manifestações simbólicas, materiais e imateriais das pessoas de um lugar. É fundamental, por suposto, para uma lógica econômica agrícola sustentável, não devemos prescindir deste fato, a necessidade de avaliar o potencial e buscar novos mercados para uma produção local.

A autora utiliza-se da “confiança” como elemento de conexão entre as escalas local e global. Logo, para as trocas locais a confiança é interpessoal, mas para as trocas globais a confiança deve ser mediada por agentes certificadores. O que não deixa de ser factível. Contudo, ao se gerar a figura da certificação racional, mesmo que, sustentando

uma identidade territorial há, na nossa perspectiva, uma sobrevalorização da escala global e de seus agentes em detrimento da escala local. Ora quem deve atestar a identidade territorial de uma população? Trata-se, portanto, de uma institucionalização da confiança que deve ser atestada pela certificação. Assim, nichos territoriais se formam e muitas vezes se comunicam, estabelecem trocas extra-municipais (não se deve valorizar a hierarquia das escalas), com escalas globais em detrimento das inter-relações locais que poderiam beneficiar o desenvolvimento (sentido amplo).

De fato o par dialético local-global vem capturando boa parte do debate sobre território o que, causa a percepção que o problema da escala (a dimensão física, mas, também, de processos) está resolvido. Ora, o local-global é uma das partes das variáveis do problema transescalar. Milton Santos (1997) analisa, com maestria, a dialética: interno-externo ao estabelecer alguns referenciais. Para o autor a escala do lugar representa o contexto do lugar, isto é, as inter-relações estabelecidas na produção do espaço e na história. Mas, adverte, (p. 96) que “a escala das variáveis é maior do que a escala do lugar (o país, o mundo).” Nestes termos, o externo apresenta uma dimensão escalar mais ampla dos processos, mas é sempre internalizado pelo lugar.

Há, por sua vez, a reprodução econômica local, o modo de vida, conhecimentos e sistemas agrícolas locais com as demandas da economia de mercado. Contudo, o espaço rural brasileiro não deve manter-se refém da dicotomia do moderno e do atrasado e, muito menos, da lógica econômica formal em detrimento de múltiplas racionalidades, que lhes dão sentido e significado.

Assim, os diversos elementos do espaço estão em relação uns com os outros, mas, como já foi observado, não são relações apenas bilaterais, uma a uma, mas relações generalizadas. Por isso, conforme Milton Santos (*op.cit.*), se pode dizer que elas formam um verdadeiro sistema, também pelo fato de que essas relações não são entre as coisas em si ou por si próprias, mas entre as suas qualidades e os seus atributos.

Tecendo as possíveis conclusões

Na medida em que costumeiras práticas de planejamento e políticas, com vistas ao desenvolvimento do espaço rural, se mostram, por vezes, ineficientes na conjugação, da concepção técnica com a racionalidade de um determinado lugar. É fundamental um olhar por outro ângulo.

Na contemporaneidade vivenciamos a “redescoberta” de lugares do espaço rural, que na verdade sempre estiveram no *movimento* (fluxos) seja das pessoas ou da própria história. Como analisamos, anteriormente, são construções de espaços pelos sujeitos históricos em seus cotidianos. Contudo, várias intenções de planejamentos mais pluralistas, talvez, tenham sido contidas não, necessariamente, pelas variáveis de cada lugar, mas por uma constante inovadora dos processos: a capacidade das pessoas em perceberem o seu mundo e, principalmente, as suas ações transformadoras como reconstruções críticas de suas realidades.

São infinitas as possibilidades do espaço e do tempo. O espaço rural, das histórias vivenciadas, não tem fronteiras. Logo, a questão do espaço pode propor, quase diretamente problemas, mas também soluções. Transpor para a *terceira margem* a possibilidade da participação das pessoas na gestão dos seus lugares transformados em espaços por suas ações. Neste sentido, espaço não significa território *stricto sensu* (poder centralizado) podendo, até, aproximar-se mais da noção de lugar (onde se configuram as assimetrias do poder) por se tratar de uma escala das pessoas, onde as distâncias são mediadas pelo cotidiano, as distâncias do face a face e, também, as distâncias próximas e as distâncias distantes, quando se incorpora a possibilidade dos sistemas e das escalas. Mas qual seria ou quais seriam as ruralidades do espaço rural brasileiro? Quais seriam os espaços rurais dos sujeitos humanos históricos, na medida em que o espaço vai sendo construído e reconstruído a cada passo de sua representação?

Para responder a estas questões o fundamental é valorizar cada espaço rural, em sua ruralidade, pela fluidez de suas múltiplas racionalidades cotidianas. É vislumbrar o espaço rural como um sistema de “tudo em tud”, isto é, uma inter-relação de fatos e ações.

Um desafio que se coloca é buscar um modelo que valorize as inter-relações em sua totalidade entre as atividades agrícolas e não-agrícolas superando, também, a dicotomia rural-urbana a propósito de se encontrar alternativas para o modelo econômico predominante. Pensar o espaço rural com suas particularidades e multifuncionalidades. Admitir que o espaço rural brasileiro é estruturado, continuamente, pelos fluxos e não, somente, pelos fixos. Isto vale, tanto, para fatores de identidade, quanto para elementos simbólicos, imateriais e materiais. As múltiplas faces do rural brasileiro estão à mostra o importante, entretanto, não é, somente, saber olhar, mas admirar a sua diversidade.

Notas

¹ Corroborar Martin-Barbero (2003, p. 279) “[...] criar um país é de certa maneira teatralizá-lo, o cinema ficará encarregado de efetuar essa representação – simbolização mitificada – dos gestos e dos moldes vitais do nacional. Caberá ao cinema dar imagem e voz às identidades nacionais. E as massas populares irão ao cinema não tanto para se divertir, e sim para “fazer experimentos com sua vida cotidiana” e para “ver reiterados os códigos dos costumes”.

² Para Pereira (2003, p. 105) “Mazzaropi pode ser visto como uma representação caricatural do caipira brasileiro na medida em que se liga a processos de produção, circulação e consumo submetidos à orientação da indústria cultural. No entanto, os argumentos de seus dramas, os valores arrolados, têm contextualização semântica na cultura ou sociedade caipira. Seu cinema é uma manifestação cultural ligada às mudanças da sociedade. Traduz uma realidade humana característica do fenômeno geral de urbanização do país [...]”.

³ De acordo com Bakhtin (2000, p. 55) “Apenas o outro pode, de maneira convincente, no plano estético (e ético), fazer-me viver o finito humano, sua materialidade empírica delimitada”. Assim, é na construção da realidade do cotidiano que a rede de conexões entre o eu, o outro e o espaço se delineiam ou configuram-se.

⁴ Identidade é um termo polissêmico na medida em que pode significar: pertencimento do sujeito em um grupo, referência como documento, fatores culturais que envolvem uma comunidade.

⁵ Conforme Hall (2002, p. 106) “Na linguagem do senso comum, a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas ou, ainda, a partir de um mesmo ideal.”

⁶ Assevera Bourdieu (2003, p. 115) “A diferença cultural é sem dúvida produto de uma dialética histórica da diferenciação cumulativa.”

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec, 1992.

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BOSERUP, Esther. **Evolução agrícola e pressão demográfica**. São Paulo: Hucitec, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOSSÉ, M. L. As questões de identidade em geografia cultural – algumas concepções contemporâneas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagens, textos e identidades**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do rio bonito**. 3ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975.

FERREIRA, Ângela D. D. **Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade**. Estudos Sociedade e Agricultura. 2002/n. 15, p. 87-145.

FONTE, Maria. Tradiciones y nuevos modelos de ruralidad. Estudos. In.: **Sociedade e Agricultura**. Outubro 2000/n. 15, p. 147-157.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. Campinas: IE-Unicamp, 1999. 153p. (Coleção n. 1) In.: <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>.

GUIMARÃES ROSA, João. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2002

JEAN, Bruno. Lês territories ruraux dans la modernité avancée. Estudos. In.: **Sociedade e Agricultura**, abril 2002/n. 18, p. 5-27.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LOBATO, M. **Urupês**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MARTIN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Trad. de Ronald Polito e Sérgio Alcides. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2003.

MARTINS, José. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

NEVES, Delma. Agricultura familiar: questões metodológicas. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, n. 25, p. 21-37, maio/dez. 1995.

PEREIRA, J. O caipira segundo Mazzaropi. In: TRAVANCAS, Isabe; FRIAS, Patrícia (orgs.). **Antropologia e comunicação**. Rio de Janeiro: Grammond, 2003.

PIETRAFESA, Emília. de G. O sistema do lugar: história, território e memória no sertão”. In: **Além dos territórios**. Rio de Janeiro: Mercado de Letras, 1993.

SACHS, Ignacis. Redefinição de abordagens de planejamento. In: **Ecodesenvolvimento – crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986, p. 47-70.

SANTOS, Milton. O espaço e seus elementos: questões de método. **Revista Geografia e Ensino**, Belo Horizonte, 1, n. 1, p. 19-30, mar. 1982.

_____. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SCHNEIDER, Sérgio. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: FROEHLICH, José Marcos; DIESEL, Viven (orgs.). **Desenvolvimento rural**: tendências e debates contemporâneos. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

WANDERLEY, Maria de N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: O rural como espaço singular e ator coletivo. **Estudos-Sociedade e Agricultura**. Outubro/2000/n. 15, p. 87-145.

***Recebido em 12/08/2010**

Aceito para publicação em 03/01/2011